



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**

**JENNIFER SILVA FIORENZA**

**O 11 SETEMBRO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NA POLÍTICA  
EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DE  
SEGURANÇA INTERNACIONAL**

Florianópolis

2021

**JENNIFER SILVA FIORENZA**

**O 11 SETEMBRO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NA POLÍTICA  
EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DE  
SEGURANÇA INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Luciano Daudt da Rocha, Dr.

Florianópolis

2021

**JENNIFER SILVA FIORENZA**

**O 11 SETEMBRO E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NA POLÍTICA  
EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS: CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS DE  
SEGURANÇA INTERNACIONAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2021.

---

Professor e orientador Luciano Daudt da Rocha, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Professor e coorientador Rafael de Miranda Santos, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina

---

Prof. Ricardo Neumann, Dr.  
Universidade do Sul de Santa Catarina



A minha mãe, pelos valores e estrutura.

A todos os educadores desse país, por serem  
uma fonte de esperança e inspiração.

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe Vera, por ter escrito as linhas dos meus sonhos junto comigo, e mais do que isso, me apoiado em todos eles sem nunca hesitar. Você está em tudo que eu faço.

Ao meu avô José Miguel, eu sei que você sempre esteve presente.

Aos meus amigos próximos, pelos desabafos.

Aos meus colegas de trabalho, por serem os ouvidos para as reclamações.

Ao meu amor Gabriel, pela paciência, carinho e parceria durante esse trajeto.

Ao meu orientador Dr. Luciano, por todo o suporte concedido até aqui, você foi um mestre durante a minha graduação e inspiração para ir além.

A todos os teóricos que fazem parte dessa pesquisa, vocês engrandeceram meu senso crítico e foram essenciais na construção do meu conhecimento.

A Erica Simone Almeida Resende, por ter despertado o meu interesse em estudar temáticas tão relevantes para as Relações Internacionais, como a construção de identidades e o discurso político.

A todos aqueles que lutam diariamente para elevar a educação nesse país.

A minha dedicação em perseguir meus sonhos mesmo com todas as adversidades.

E principalmente, a todos aqueles que estiveram presentes durante todo o caminho, vocês são a razão de tudo.

Muito obrigada!

“Em suma, os homens sempre desencadearam as guerras para as quais se prepararam” Aron Raymond (2002).

## RESUMO

Identificamos que os estudos de segurança internacional carecem de um aprofundamento sobre a construção de identidades nas Relações Internacionais. Portanto, procuramos através deste trabalho entender o que consideravam os estudos tradicionais de segurança, tal como investigar a evolução das teorias críticas nas RI. Iniciamos fazendo um levantamento das principais ideias compartilhadas por teóricos tradicionais de segurança no século XX (principalmente durante a Guerra Fria), e em seguida, continuamos o debate demonstrando a contestação destas teorias entre os teóricos críticos deste século. Entendemos que as ideias foram analisadas em contextos internacionais distintos, porém, constatamos que os teóricos críticos já haviam iniciado a implementação de novas temáticas desde os anos 1980, mesmo quando as teorias realistas e liberais eram vistas como centrais para explicar o sistema internacional. Em seguida, buscamos entender a construção de identidades na política externa dos Estados Unidos por uma perspectiva do 11 de setembro, e argumentamos sobre o impacto desta construção para a sociedade. Finalmente, expomos porque a construção de identidades contribui para os estudos de segurança internacional e declaramos que o objetivo central desta monografia é a construção de um conhecimento generalizado, no qual será essencial para a expansão deste tema em nossa dissertação de Mestrado.

Palavras-chave: Identidade. Segurança Internacional. Estados Unidos. 11 de Setembro.

## **ABSTRACT**

We identified that international security studies lack a deepening on the construction of identities in International Relations. Therefore, we sought through this work to understand what traditional security studies considered, as well as to investigate the evolution of critical theories in IR. We began by surveying the main ideas shared by traditional security theorists in the 20th century (mainly during the Cold War), and then continued the debate by demonstrating the contestation of these theories among critical theorists in this century. We understand that the ideas were analyzed in different international contexts, however, we found that critical theorists had already begun implementing new themes since the 1980s, even when realist and liberal theories were seen as central to explaining the international system. Next, we seek to understand the construction of identities in U.S. foreign policy from a 9/11 perspective and argue about the impact of this construction on society. Finally, we expose why the construction of identities contributes to international security studies and state that the central goal of this monograph is the construction of a generalized knowledge, which will be essential for the expansion of this topic in our master's dissertation.

Keywords: Identity. International Security. United States. September 11.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E SEUS TEÓRICOS .....</b>	<b>14</b>
2.1	OS PRINCIPAIS TEÓRICOS REALISTAS DO SÉCULO XX .....	14
2.2	A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL NO PÓS- GUERRA FRIA.....	18
<b>3</b>	<b>O OUTRO NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS.....</b>	<b>23</b>
3.1	A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL .....	24
<b>3.1.1</b>	<b>O impacto social .....</b>	<b>34</b>
3.2	POR QUE A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES É RELEVANTE PARA OS ESI? 36	
<b>4</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>41</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Notamos que a partir dos anos 1980 os teóricos de segurança internacional passaram a incorporar novas temáticas em suas análises, através de teorias críticas que procuravam estabelecer uma relação com a subjetividade de outras áreas e as Relações Internacionais. Ainda que não tenhamos o conhecimento preciso para fazer uma avaliação rigorosa destas teorias, procuramos demonstrar seu amadurecimento por meio da contestação das ‘teorias tradicionais’ nas RI. Embora o foco desta pesquisa não tenha sido nos aprofundar no entendimento específico das teorias críticas, a consciência sobre a sua evolução se fez necessário para compreendermos como a construção de identidades na política externa dos Estados Unidos contribui para os estudos de segurança internacional.

As teorias tradicionais se mostraram pouco eficientes quando lidamos com temas que envolvem maior complexibilidade e subjetividade nas RI. Resende (2009, p. 253) nos fez refletir sobre essa problemática, levantando o seguinte questionamento: “Especificamente em nossa área de saber, quais as implicações de teorias que parecem estar mais comprometidas em explicar a realidade internacional do que compreendê-la?”. Supomos que o ato de compreensão das coisas faça parte do processo de cognição humano, mas quando focamos somente em explicar algo como ‘real’ e ‘concreto’ (para gerar significados racionais) pode ser que pontos críticos não sejam devidamente visualizados.

A construção de identidades na história dos Estados Unidos não teve seu início no século XXI, David Campbell (1992) em sua obra *Writing Security* já fizera um panorama geral sobre como era evidente a construção do “Outro” desde a época do descobrimento. Isto nos demonstra que os Estados Unidos, desde a sua fundação, vêm trabalhando incessantemente no fortalecimento da identidade nacional através do Outro. Nesta pesquisa, esperamos ter conseguido demonstrar (mesmo que de forma generalizada) como a criação de identidades está relacionada também com as práticas securitárias do país.

É visto que a narrativa do ‘Outro’ no discurso político estadunidense não é algo inédito as práticas de política externa do Estado. No entanto, podemos perceber a preeminência desta narrativa após eventos irreverentes como os ataques terroristas (2001), onde o inimigo passou a ser o ator principal nos discursos políticos e nas pautas de segurança nacional dos Estados Unidos. Tendo isto em consideração, gostaríamos de antecipar que, a observação do 11 de setembro e a Guerra ao Terror serviu tão somente como um exemplo da construção de identidades na política externa dos EUA, pois neste trabalho, nos contentamos em não aprofundar sobre as vertentes históricas destes conflitos.

A determinação da existência do ‘Outro’, ao nosso ver, contribui para a macroestratégia de política externa dos EUA, que inclui a obtenção de apoio no SI e o fortalecimento da identidade nacional a partir do Outro: o estranho, o selvagem e o bárbaro. Esta construção antecede acontecimentos como o 11 de setembro (2001), pois a politização do Outro já era algo experimentado nos discursos políticos do país, o que não pretendemos explorar neste trabalho. Os principais autores do capítulo de segurança internacional (2) debatem sobre o impacto dos ataques terroristas nos estudos de segurança internacional no século XXI, e sobre como foi construído um senso de “novidade” em torno desses acontecimentos. Afirmamos que o terrorismo em si pode não ser um ato inédito as RI, mas o choque, o impacto, a confusão, a perda de sentido e o trauma coletivo que o 11 de setembro trouxe, talvez sejam.

São nestas ocasiões de busca ou perda de sentido que a criação de identidades a partir do nacional nos parece mais suscetível. É evidente para nós, que em uma análise mais detalhada seríamos capazes de considerar diversas outras variantes no processo desta construção, mas por hora nos contentamos em esclarecer: De que forma o 11 de setembro está atrelado a construção de identidades na política externa dos EUA e qual a sua contribuição para os estudos de segurança internacional?

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral apresentar a contribuição do 11 de setembro e da construção de identidades na política externa estadunidense para os estudos de segurança internacional. Em concordância com o objetivo geral deste trabalho, foram estipulados os seguintes objetivos específicos: (1) Observar a evolução das teorias tradicionais nos ESI no pós-Guerra Fria; (2) Refletir sobre o impacto das questões identitárias nas práticas de segurança internacional dos Estados Unidos e, por fim, (3) Utilizar o 11 de setembro para demonstrar a relevância da construção de identidades para o SI e para sociedade.

Parece-nos relevante a ênfase em fomentar o entendimento sobre a construção de identidades e sua significância para as RI, tendo em vista o seu impacto para o sistema internacional e para a sociedade. Ressaltamos também a importância do incremento de nossos estudos através de áreas que considerem o campo epistêmico<sup>1</sup> e ontológico<sup>2</sup> e nos levem a

---

<sup>1</sup>A epistemologia se preocupa com o estudo do saber e sobre como o adquirimos, podemos trazer como exemplo o empirismo, que defende que aprendemos através da experiência. Nas Relações Internacionais, podemos relacionar o campo epistêmico com teorias como: teoria feminista, o construtivismo, pós-modernismo e a teoria crítica.

<sup>2</sup>A ontologia estuda o ser o seu estado de existência, o modo como o ser concebe a realidade e o seu comportamento. Nas Relações Internacionais, podemos olhar a ontologia também através das teorias “tradicionais”, por exemplo, na teoria realista o ser é visto como individual, egoísta e racional. Na teoria liberal,

reflexão sobre temas que possuem um grau maior de complexibilidade. Trazendo novamente as ideias de Resende (2009), precisamos buscar maneiras de compreender o sistema internacional, e não apenas explicá-lo como se ele fosse um cálculo exato e preciso.

Notamos um déficit em estudos identitários na área de Relações Internacionais no Brasil, em razão da dificuldade em encontrar bibliografias que discorram sobre as identidades e o discurso político de forma **específica**, sendo que a maioria dos estudos utilizados neste trabalho são advindos de teóricos estadunidenses. Em função disto, nossa busca teve como intuito, através da construção de identidades no 11 de setembro, entender como podemos trabalhar as questões identitárias nos estudos de segurança internacional, para justificar sua pertinência e contribuir de forma acadêmica na área de Relações Internacionais.

Este trabalho se conforma em ir do específico para o geral (construindo generalizações), pois almejamos que o conhecimento aqui obtido seja base para o que pretendemos construir em nosso Mestrado Acadêmico. A dissertação terá como foco a análise de discurso político nas RI, que conseqüentemente está atrelada a construção de identidades. Entendemos que devido a análise de discurso possuir uma metodologia própria, na qual ainda não dominamos, e até mesmo a anexação de outras áreas do conhecimento por nós inexploradas, não teríamos condição de realizá-la com êxito no Trabalho de Conclusão de Curso.

Portanto, nossa pesquisa é de natureza básica, devido as suas considerações iniciais partirem de um âmbito específico e caminharem para o geral, justamente com o intuito de criar generalizações que sejam capazes de instigar a reflexão e pesquisa sobre o tema. A pesquisa básica segundo Prodanov e Ernani (2013, p. 51) “Objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”. Sobre o ponto de vista dos objetivos nossa pesquisa é exploratória, na medida que procura entender os impactos da construção de identidades para os ESI<sup>3</sup>.

A abordagem desta pesquisa é qualitativa pois “Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (PRODANOV; ERNANI, 2013, p. 70). Quanto aos procedimentos para coleta de dados esta é classificada como uma pesquisa bibliográfica.

---

o ser é visto como passível de viver em harmonia, e que é capaz de operar através da cooperação, visando o bem coletivo.

<sup>3</sup> Estudos de Segurança Internacional.

O desenvolvimento desta monografia foi objetivamente dividido em dois capítulos. O capítulo (2) mostra quem são os principais teóricos realistas do século XX e quais são as suas concepções sobre o sistema internacional e as questões securitárias. Dando continuidade a estas ideias, ao longo do capítulo (2), discorremos sobre a evolução e a contestação das teorias realistas entre os teóricos críticos do século XXI. Em sequência, no capítulo (3), explicamos qual a relação da construção de identidades na política externa dos EUA com as práticas de segurança internacional, como esta análise pode contribuir para estes estudos e, não obstante, qual o impacto da questão identitária para a sociedade.

## 2 OS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL E SEUS TEÓRICOS

A agenda de segurança internacional vem sendo modificada ao longo da História, juntamente com a ampliação do campo que estuda as questões centrais de segurança. A teoria realista ocupou e ainda ocupa grande espaço entre os conceitos estabelecidos nos ESI, mas é visto que a partir dos anos 1980, os teóricos críticos começaram a trazer para as suas análises problemáticas ambientais, sociais e econômicas.

Quando falamos em segurança – principalmente em segurança internacional – a imagem do Estado parece estar diretamente relacionada. No entanto, notou-se nos estudos de segurança internacional deste século, o aparecimento de atores não-estatais e que não possuem vínculo com o Estado. Por isto, na primeira seção, realizamos um levantamento bibliográfico onde elencamos as principais ideias dos teóricos realistas, com o objetivo de problematizá-las posteriormente. Em seguida, na segunda seção, percebemos que os teóricos de segurança do século XXI têm maior sensibilidade com estes temas, dada a sua insurgência.

Este capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira seção (2.1) foi realizado um levantamento geral dos teóricos realistas que dominaram essas ideias no período durante e pós-Guerra Fria. Na segunda seção (2.2), demonstramos a evolução das teorias tradicionais das RI através das teorias críticas, que consideram os campos epistemológico e ontológico em seu debate. Não obstante, refletimos sobre os ataques terroristas de 11 de setembro, abrindo para o que trouxemos no próximo capítulo (3), que discorre sobre qual a relevância da construção de identidades na política externa estadunidense para as práticas e para os estudos de segurança internacional.

O presente capítulo trata-se de um debate bibliográfico que tem como intuito problematizar as lacunas encontradas nos estudos tradicionais de segurança e reforçar o debate sobre a relevância da construção de identidades nos ESI.

### 2.1 OS PRINCIPAIS TEÓRICOS REALISTAS DO SÉCULO XX

Durante e no período pós-Guerra Fria notamos um aumento na contestação as teorias liberais e a intensificação dos preceitos realistas entre os teóricos da área. Autores clássicos como Morgenthau (1948), Aron (1962), Waltz (1979) e Mearsheimer (1994) nos ajudaram a construir um entendimento sobre segurança a partir da visão realista das instituições e do funcionamento do sistema internacional. Na ausência de uma ‘governança mundial’ os autores entram em consenso quanto ao sistema internacional ser anárquico e listam alguns

pontos importantes sobre a política de poder, a força, o território e os conflitos. Já as instituições são um ponto de contestação em comum entre eles, quando a crítica está atrelada a capacidade das OI's em manter a ordem e a paz.

Morgenthau (1948) já no contexto da Guerra Fria, falava sobre como a política internacional era uma luta por poder e o poder sempre era o objetivo **imediato** para política internacional. “Quando falamos em poder, queremos dizer o controle do homem sobre as mentes e ações de outros homens” (MORGENTHAU, 1948, p. 13, tradução nossa). O autor acreditava que a política de poder no território nacional era distinta da política de poder no cenário internacional, pois diferente do SI, a sociedade interna era organizada em volta dos objetivos da nação, e em um sistema anárquico cada Estado buscava os meios necessários para obter vantagem perante os outros Estados.

Se atendo a definição da política de poder, Morgenthau (1948, p. 13, tradução nossa) afirma que “[...], por poder político, referimo-nos às relações mútuas de controle entre os detentores do poder público e entre estes e o povo em geral”. Para o autor, a única maneira da paz ser preservada era através do equilíbrio de poder, pois segundo ele, o equilíbrio de poder e as políticas que visam a sua preservação são um fator de estabilização. No entanto, isto não quer dizer que, mesmo que haja equilíbrio, o sistema não irá passar por fases de instabilidade.

Na mesma linha de pensamento de Morgenthau, ainda sobre a política de poder, Waltz (1979) afirma que apoiado na desconfiança de um Estado ter a capacidade de usar a força estrategicamente, os outros Estados precisam estar preparados caso isto ocorra. Segundo Waltz, isto não indica que sempre ocorrerá o conflito, mas que “Com cada estado decidindo por si mesmo se deve ou não usar a força, a guerra pode estourar a qualquer momento” (1979, p. 102, tradução nossa). Dedicado as ideias hobbesianas o autor indica que ‘entre estados o estado de natureza é o estado de guerra’. Apesar de haver concordância entre os autores sobre a insegurança em um contexto anárquico – que tanto Morgenthau quanto Waltz descrevem – e a obtenção de ganhos através da busca por vantagens que venham a estabelecer uma relação de alteridade, é visto que Morgenthau segue mais a premissa de que ‘os estados têm sede de poder e isto se justifica nas suas ações’, enquanto Waltz discorre que o ‘principal objetivo dos países é a sobrevivência no sistema anárquico’. Essas premissas em que se baseiam tanto Morgenthau quanto Waltz dizem muito sobre a visão que eles possuem da conjuntura do Estado perante o sistema internacional. Algumas ideias se contrapõem, mas é possível notar um consenso entre os autores no que condiz a impossibilidade de ‘cooperação’ como uma garantia de paz.

Dentre os teóricos clássicos realistas temos Aron Raymond, que decorrente do ano de publicação da sua obra (1962), traz uma visão sobre segurança ainda no contexto da Guerra Fria. As questões territoriais e ideológicas ainda eram em sua totalidade a principal motivação dos conflitos. Portanto, assim como nas outras obras realistas que citamos acima, algumas colocações do autor vêm sendo contrapostas, tendo em vista os recentes acontecimentos no âmbito de segurança. Estes eventos somados a apontamentos epistemológicos e ontológicos fizeram emergir as teorias críticas nos ESI.

Para Raymond, existem alguns pontos importantes que influenciam sobre o poder e a força – potencial ou real – das unidades políticas, sendo eles: território, população, consenso e unidade entre a população, matérias-primas etc. Raymond (2002, p. 107) declara que “Meio, recursos, ação coletiva: tais são, evidentemente – em qualquer época e quaisquer que sejam as modalidades de competição entre as unidades políticas – os fatores determinantes da potência”. Aron não descartava a importância de outros fatores ligados ao poder como a capacidade estratégica e organizacional, apesar de que a maioria das suas ideias advinham de colocações realistas sobre guerra e paz.

A centralidade das questões territoriais ainda tinha um forte apelo nas teorias realistas no ensejo da Guerra Fria e logo após. Ao falar sobre a potência defensiva de uma nação, Raymond (2002) elenca alguns ‘obstáculos’ que aumentam este poder defensivo, sendo eles: “montanhas, rios, desertos, as grandes distâncias” (p. 108). Nesta passagem do autor, ele enfatiza como as longas distâncias podem aumentar a potência defensiva. No entanto, esta colocação não tem a mesma validade atualmente, e um exemplo a esta afirmação são as bases militares dos Estados Unidos espalhadas por todos os continentes. Ao nosso ver, mesmo que haja uma ordem vigente no sistema internacional, isto não impede que os Estados sejam belicosos ou interfiram na soberania um do outro; como é o caso dos Estados Unidos e os ataques com drones no Oriente Médio. Com isso, podemos afirmar que os limites para proteção e intervenção da potência defensiva obtiveram rupturas no pós-Guerra Fria, decorrente de um encurtamento das distâncias através do avanço da tecnologia e da globalização.

Fazendo uma breve reflexão sobre as ideias do autor, acreditamos que as seguintes variantes poderiam ter sido levadas em consideração, sendo elas: a capacidade da unidade política de influenciar e fazer alianças com outros atores de forma bi ou multilateral; e a capacidade de criação de consenso sobre as questões de segurança internacional em prol dos interesses do Estado. As principais colocações do autor são sobre o funcionamento do sistema internacional anárquico e quais são os fatores determinantes de uma potência através do

aparato militar. Ainda assim, mesmo que de forma redundante, Raymond não deixa de somar aos seus determinantes a complexibilidade de outros fatores, como por exemplo, o fator psicológico.

É visto em um primeiro momento que Raymond insurge nas ausências de Morgenthau e Waltz, trazendo novos fatores determinantes sobre poder e força para as questões de política externa e para os ESI. Mesmo que o autor não se aprofunde em questões epistemológicas ou ontológicas, notou-se que ele leva em consideração fatores como: a estratégia política, os recursos, a propaganda etc. Desse modo, compreendemos que as colocações de Raymond são de mera importância para o debate que abriremos ao final desta seção.

Para finalizarmos os principais argumentos realistas e levantarmos críticas às instituições, citamos as principais concepções de Mearsheimer (1994), que complementa o debate bibliográfico com uma visão no pós-Guerra Fria. O autor reitera que desde o fim da Guerra Fria os países do Ocidente vêm tentando criar mecanismos que garantam a segurança internacional através das instituições, e por vezes ignoram o raciocínio em volta do equilíbrio de poder como uma possibilidade ao sistema unipolar.

Sobre as instituições, o autor afirma que “os realistas asseguram que as instituições são basicamente o reflexo da distribuição de poder no mundo” (MEARSHEIMER, 1994, p. 7, tradução nossa). Mearsheimer entendia que os institucionalistas, ao contrário dos realistas, acreditavam que as instituições podem mudar o comportamento dos Estados no SI, e o autor conclui dizendo que “[...], as instituições não têm a mínima influência no comportamento dos Estados e são pouco promissoras para a promoção da estabilidade no mundo pós-Guerra Fria” (MEARSHEIMER, 1994, p. 7, tradução nossa). O autor via as instituições como um conglomerado de regras que estipulava como o Estado deveria agir. Baseada em uma lógica realista, Mearsheimer acreditava que essa cooperação tinha suas limitações, especialmente por ser realizada em um ambiente hostil onde os Estados ‘competem’ por segurança.

Seguindo as ideias dos teóricos realistas que citamos neste trabalho, Mearsheimer explica que, por vezes os Estados podem operar através das instituições, mas apenas quando os objetivos estiverem alinhados com o cálculo estratégico para o benefício próprio. “Para os realistas, as causas da guerra e da paz são principalmente uma função do equilíbrio de poder, e as instituições refletem amplamente a distribuição de poder no sistema” (MEARSHEIMER, 1994, p. 13). Um exemplo a esta reflexão do autor é como ele aborda a OTAN no contexto da Guerra Fria, pois segundo ele, “A OTAN era essencialmente uma ferramenta estadunidense para administrar o poder diante da ameaça soviética” (MEARSHEIMER, 1994, p. 13). É

possível afirmar que os principais argumentos de Morgenthau (1948), Raymond (1962), Waltz (1979) e Mearsheimer (1994) giram em torno da política de poder, do território, do sistema anárquico e de outras premissas realistas.

Tendo em mente a dominância das teorias tradicionais no período da Guerra Fria, Villa e Braga (2018) compreenderam que a noção sobre a segurança internacional era moldada predominantemente pela teoria realista das RI e que “[...], no entanto, o fim desse período e a inclusão de temas não tradicionais nas agendas de segurança internacional, a partir da década de 1980, colocou em xeque o consenso que até então preservava, sem contestações sistemáticas, a concepção realista de segurança” (p. 1267-1268). Estes movimentos de redirecionamento nos ESI e a inclusão de novos temas são de suma importância para que possamos questionar e contestar algumas das ideias ‘consolidadas’ nas RI, a fim de explorar o que experienciamos de novo neste século e o que podemos fazer relação ao passado.

Os principais teóricos do século XXI tem sinalizado, que os maiores inimigos e ameaças à segurança nacional não são mais relacionados diretamente ao Estado, e sim a atores não-estatais. Isso não quer dizer, de modo algum, que os teóricos do século XX estavam errados, pois suas teorias foram construídas de acordo com o momento presente, ou seja, o mundo como experienciavam na época. A partir dos anos 1980, as considerações epistemológicas e ontológicas começaram a ganhar força nos estudos de segurança internacional, migrando para uma visão mais crítica e problematizadora dos eventos. Portanto, nosso intuito na próxima seção foi observar a evolução das teorias tradicionais de segurança de uma forma generalizada, para que através das “lacunas” encontradas aqui, entendêssemos a importância de analisar questões como a construção de identidades nos ESI, independente do tempo em que forem analisadas.

## 2.2 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA

Ainda que a teoria realista tenha um forte apelo atualmente, a década de 1980 foi um marco para os estudos de segurança internacional, os quais passaram a considerar os campos epistemológico e ontológico e os incorporá-los a teorias críticas nos ESI. Percebeu-se que a ideia de que o Estado agia por meio de cálculos racionais já não era mais suficiente para explicar os diferentes fenômenos na área de segurança, e assim iniciavam-se muitas das teorias críticas que temos hoje.

Isto não quer dizer que, entretanto, a teoria realista tenha sido abandonada, como veremos mais adiante nesta seção. Todavia, seu campo de visão foi ampliado e permitiu que enxergássemos o ‘todo’, ao aumentar nossa capacidade de lidar com as novas temáticas de segurança que contemplam dinâmicas ambientais, sociais e econômicas. Dito isto, não podemos descartar o tratado de não proliferação de armas nucleares (TNP) somado a globalização, como um fator agravante para a descentralização da estratégia militar nas teorias de segurança. A partir da década de 80’, os estudos de segurança passaram a considerar problemáticas que iam além das barreiras que o Estado delimitava e outros atores começaram a entrar em cena.

O fim do sistema bipolar no pós-Guerra Fria tornou os processos de segurança mais complexos à medida que atores e temas não tradicionais colocavam em dúvida a ideia difundida (realista) de que as Guerras e conflitos eram dominadas por interesses de cunho estatal. Villa e Braga (2018) levantavam questionamentos no que condiz as novas problemáticas serem ‘questões’ de segurança ou apenas temas e problemas temporais que necessitam de um estudo mais subjetivo, e quais seriam as implicações práticas destes movimentos.

Ao nosso ver, as questões epistemológicas e ontológicas consideradas em algumas teorias de segurança internacional, são por si só, uma questão de segurança. Tendo em vista que até o fim da Guerra Fria as teorias realistas e liberais imperavam sobre os temas de segurança, compreende-se a necessidade de abranger este campo de estudo através de concepções que levem em conta outras variantes que ganharam força entre os teóricos do século XXI. Dado isso, Villa e Braga, apesar de problematizarem este campo, não deixam de abordar também as mudanças nos campos epistemológico e ontológico em suas considerações:

Levando em conta os últimos cinquenta anos de evolução histórica da prática e das categorias conceituais do subcampo da segurança internacional, duas mudanças significativas foram analisadas: em primeiro lugar, observa-se que houve no campo epistemológico a perda da centralidade da dimensão militar enquanto principal ameaça existencial a atores políticos e sociais. Simultaneamente, na dimensão ontológica, o objeto referente de segurança passou por mudanças significativas: junto ao Estado, que perde sua centralidade, outros entes sociais, indivíduos e sociedades, ganham relevância, como referentes de segurança internacional (VILLA; BRAGA, 2018, p. 1277).

Os autores relacionavam as abordagens críticas de segurança a ideia da emancipação humana, e afirmavam que “[...], emancipação significa que o indivíduo oprimido não pode ser liberado por forças externas, devendo liberar a si mesmo” (VILLA; BRAGA, 2018, p. 1275-1276). Não obstante, os autores nos trazem as seguintes questões para refletir: “Segurança para quem? Os interesses de quem estão sendo perseguidos nesse processo? E que interesses são esses?” (p. 1275-1276). Através do mecanismo do consenso, por exemplo, muitos atores atuam para ‘preencher’ essas faltas de sentido que os autores mencionam. Partindo desse pressuposto, percebemos que a construção do inimigo já era um mecanismo em forma de política muito antes da Guerra Fria, o que discutiremos mais a fundo no próximo capítulo.

No ensejo das ameaças ao sistema, trazemos para discussão um acontecimento que é denominado por alguns teóricos do século XXI como um marco nos estudos de segurança internacional: os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001. Buzan e Hansen discorrem sobre a Guerra Global contra o Terror como um fato que gerou consequências para as políticas entre “o Oriente e o resto”, e segundo os autores, “[...], ela também foi promovida como um substituto para a Guerra Fria como a questão organizacional central para a segurança internacional” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 342). Semelhante as ideias de Villa e Braga (2018), os autores trazem que os eventos alteraram o núcleo dos estudos de segurança e mudaram o foco da guerra interestatal do conflito entre estados para atores não vinculados.

Apesar do profundo impacto que o 11 de setembro causou nos estudos de Segurança Internacional, não significa, segundo eles, que os tenha alterado. “Os eventos podem alterar o equilíbrio entre as perspectivas existentes, ou podem induzir o estabelecimento de novas abordagens, causando (embora de maneira menos provável) o abandono de outras” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 344). Buzan e Hansen (2012) acreditavam que a partir da Guerra ao Terror, todos os principais assuntos relacionados à segurança internacional foram reinterpretados a luz desses acontecimentos, e não necessariamente que esses acontecimentos alteraram os ESI, mas sem dúvidas aumentaram seu escopo.

Neste ponto que os autores citam, as perspectivas mais ativas foram o pós-estruturalismo: pode ser visto como a continuação ou contestação das ideias do estruturalismo, lida com a filosofia sob os preceitos das ideias, verdades, objetividade e a razão; o feminismo: busca analisar as disparidades nas questões de gênero, estendendo-se para o discurso teórico, imaginário e filosófico e o pós-colonialismo: pode ser considerado um apanhado de teorias que observa os efeitos advindos do colonialismo em países que foram colonizados ou colonizadores, considera também os impactos artísticos, filosóficos e literários, e segundo Buzan e Hansen (2012), essas teorias geralmente estavam relacionadas.

E o que a Guerra ao Terror tem a ver com estas prerrogativas? Segundo eles, “O governo Bush investiu recursos discursivos significativos nos primeiros dias após o 11 de Setembro para ligar este “ator” não estatal e descentralizado a um Estado” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 347). No entanto, mesmo com a tentativa de vinculação destes atores ao Estado, eles não eram tradicionalmente estatais para que a teoria realista realmente tivesse validade nestas análises. “A securitização de “terrorismo” no núcleo da GGcT<sup>4</sup> funcionava, segundo os estudiosos críticos, para legitimar a transgressão de uma quantidade de direitos humanos e civis” (BUZAN; HANSEN, p. 373).

Buzan e Hansen (2012), também discorrem sobre alguns assuntos de segurança que envolviam o Oriente Médio mesmo antes dos ataques, como a relação Estados Unidos – Irã e Iraque, os vínculos com Israel, e a não proliferação de armas nucleares “[...], assim que a GGcT se iniciou, todos esses pontos essenciais da política de segurança para o Oriente Médio foram reinterpretados sob essa nova luz” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 352). Segundo Buzan e Hansen, foi difundida no SI a ideia de que a proliferação nuclear seria agora muito mais alarmante, se acabassem na mão de grupos terroristas. Isto posto, mesmo que os ataques terroristas sirvam de exemplo para ilustrar as compreensões que pretendemos alcançar, outros eventos também impactaram a agenda de segurança no século XXI, e ao nosso ver colocaram em prova as teorias tradicionais, e se elas são eficientes para lidar sozinhas com os emblemáticos acontecimentos deste novo século.

Autores como Krause e Williams (1997), já calculavam outras variantes em seus argumentos, antes mesmo de eventos como o 11 de setembro. Os autores levavam em conta fatores como: o discurso, a construção de identidades e as diferentes formas que podemos olhar para as políticas de segurança nacional e internacional. Segundo eles, o discurso sempre foi trabalhado no pressuposto de construir e fortalecer a ordem política, e não para apoiar contextos e lutas sociais como é a muito tempo explorado por atores políticos. Ao contrário do que dizem as suposições neorrealistas, os autores afirmavam que a segurança era profundamente política e ao lidarmos com questões como drogas ou meio ambiente, era preciso mais do que apenas politizar todos os problemas.

Os autores tinham uma visão crítica sobre as teorias tradicionais de segurança internacional, principalmente por não levarem em considerações outras variantes que influem sobre a política e a sociedade. Krause e Williams acreditavam que era preciso revisar certos conceitos nas formulações de segurança e, “[...] a possibilidade de pensar a política global de

---

<sup>4</sup> Abreviação em português para Guerra Global contra o Terror.

maneiras que não se reduzam aos discursos territoriais e etnocêntricos de segurança (nacional)” (1997, p. 25, tradução nossa). As críticas dos autores são compreensíveis ao ano de publicação, pois percebemos que a problemática baseada em território e ideologia ainda predominavam nos estudos de segurança à época, deixando claro que o campo das teorias críticas vem amadurecendo ao passar do tempo, conforme sua necessidade.

Ainda que as intervenções estadunidenses no Oriente Médio e na Ásia Central fossem baseadas numa questão puramente securitária e relacionada ao combate do terrorismo, entendemos que a questão do território (geopolítica) e das ideologias, ainda possuem validade nas análises. Contudo, reforçamos a importância de incorporar temáticas ambientais, sociais e de gênero nos estudos de segurança internacional, por serem um ponto de reflexão muito importante para os ESI, principalmente porque no século XXI lidamos com ameaças que ultrapassam as barreiras geográficas do Estado.

Encontramos as seguintes lacunas (pontos a expandir), nos estudos tradicionais de segurança internacional: a problemática na centralidade do território e do Estado; o escopo limitado de análise; a subjetividade na racionalidade humana é pouco considerada; tal como o impacto da construção de identidades e do discurso político na sociedade e no SI; e por fim, a impossibilidade de relacionar as RI com outras áreas de estudo.

Foi diante destas lacunas encontradas nos ESI, que optamos por observar algumas das abordagens críticas que emergiram nas RI a partir dos anos 1980, sendo o intuito principal guiar a construção e evolução do nosso conhecimento. Em suma, ainda que tenhamos considerado apenas sobre algumas das teorias críticas que são importantes para as Relações Internacionais, procuramos abordar o necessário para demonstrar a contestação as teorias tradicionais e sua evolução através de teorias críticas nos estudos de segurança. Por fim, entendemos que as teorias tradicionais (realista e liberal) foram consolidadas ao longo da história e não perderam seu espaço nos assuntos ‘modernos’ de segurança, mas vem sendo repetidamente contestadas (ou incorporadas) nas teóricas críticas da área.

As principais lacunas encontradas, ao nosso entendimento, são consequência da ausência de apontamentos epistemológicos e ontológicos que são capazes de analisar temas como a construção de identidades na política externa. Dentre outras variantes, entendemos que a construção de identidades seja um fator importante para a criação de consenso e obtenção de apoio no sistema internacional, por estar diretamente ligada a ações de política externa e consequentemente de segurança. Entendemos que a análise identitária e a evolução dos ESI estão relacionados, e por conseguinte, este levantamento inicial se fez necessário para sermos capazes de analisar quais são as lacunas que buscamos preencher.

### 3 O OUTRO NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

David Campbell (1992) nos fez refletir historicamente sobre como os Estados Unidos se empenharam na construção do Outro desde sua origem, com vertentes no eurocentrismo à época, e na prerrogativa de que eram um povo mais ‘civilizado’ e conseqüentemente superior aos Ameríndios. Campbell trazia a construção do Outro como sendo o ideal superior e regulador ao qual o **outro é inferior**. “Nesse caso, não há possibilidade de projeção de si para o outro porque a divisão é muito grande e fixa” (CAMPBELL, 1992, p. 127, tradução nossa).

Essa dicotomia entre o ‘Eu’ e o ‘Outro’ pode ser entendida como parte da construção de identidades e/ou como parte da macroestratégia de política externa norte-americana, o que será observado mais a frente neste capítulo. Campbell trazia que, “Se todos os Estados são ‘comunidades imaginadas’, destituídas de ser ontológico, à parte das muitas e variadas práticas que constituem sua realidade, então a América é a comunidade imaginada por excelência” (CAMPBELL, 1992, p. 105, tradução nossa). E esta excelência é vista na própria construção de identidades, que usa de métodos discursivos para narrar como o EUA é a única possibilidade de projeção de ordem para o sistema internacional.

Segundo o autor, os ingleses buscavam não somente ‘ensinar’ os valores europeus aos ameríndios, mas também fazê-los esquecer da sua própria religião, e que talvez, essa alteridade tenha começado com o medo do desconhecido e a ansiedade de estar descobrindo um ‘novo mundo’. No entanto, não nos resta dúvidas de que a ‘americanidade’ tomou suas próprias proporções ao longo da história e procurou sempre se fortalecer através do postulado da identidade. Campbell explicava que “[...], os limites da identidade de um Estado são garantidos pela representação do perigo que é parte integrante da política externa” (CAMPELL, 1992, p. 3, tradução nossa). Em consonância com o autor, entendemos que os limites da identidade podem ser representados por ameaças, ou seja, que a projeção do Outro como ser ‘diferente’ e fora do círculo do que consideramos ‘seguro’, pode ser uma questão de política externa e de segurança, simultaneamente.

Conforme comunicamos no capítulo anterior, notamos algumas lacunas nos estudos tradicionais sobre segurança, e em razão disto, optamos por trazer os ataques terroristas de 11 de setembro 2001 para discussão, por se tratar de um acontecimento muito dramático para o sistema internacional no início do século XXI e para analisar as identidades através dessa perspectiva. Para esclarecermos esta questão, recorreremos as ideias de Buzan e Hansen (2012), que argumentam sobre os impactos destes acontecimentos e se ele alterou ou não os ESI. Buzan e Hansen (2012), explicavam que a Guerra Global contra o Terror “Questionou o

Estado como objeto de referência na medida que os “terroristas” operam de maneiras que se diferenciam do Estado nacional soberano, que apresenta um núcleo de tomada de decisões bem definido” (p. 381). A inevitabilidade de lidar com ameaças que não advinham mais de Estados e sim de ‘grupos individuais’, torna ainda mais emergente desenvolvermos uma visão crítica sobre a identidade e o pertencimento social, para entender como isto está atrelado a tudo que fazemos.

Neste capítulo, debatemos como se dava essa relação de alteridade nas práticas de política externa estadunidense a partir do 11 de setembro, e como a construção de identidades pode ser considerado um fator importante para analisarmos as questões de segurança internacional. Este capítulo se divide em duas seções principais, sendo a primeira seção (3.1), sobre a relação da construção de identidades e as práticas de segurança internacional, e segue com uma subseção (3.1.1), que fala sobre o impacto desta construção para a sociedade. A segunda seção (3.2), é dedicada a explicar por que a construção de identidades contribui para os ESI e encaminha os principais questionamentos para as conclusões finais deste trabalho.

### 3.1 A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

*“Lembremos que as palavras não são meros instrumentos de descrição e representação da realidade, e sim seus principais construtores” (RESENDE, 2009).*

Devido a globalização dos problemas internos, enxergamos a construção de identidades como um tema de extrema relevância para as Relações Internacionais. Por isto, pretendemos ter alcançado neste capítulo, a percepção de como os Estados Unidos utiliza a outricidade nas práticas de política externa anterior e após a ameaça construída no 11 de setembro, que pairava em torno do terrorismo. Tendo em vista que o “Outro” sempre existiu, como podemos afirmar que esse personagem é algo ‘novo’ para as RI? Quando nos referimos a novidade na implementação das ‘identidades’ nas análises desta área, reconhecemos como o seu campo de estudo é recente e, portanto, possui suas próprias limitações.

Segundo Resende (2009), a mutabilidade das identidades inscreve que elas não são fixas e nem permanentes, e que o Estado sempre irá buscar por mecanismos que comprovem sua verdade e as justificativas da sua existência. No caso dos Estados Unidos, a autora explicava a maneira como o país usava a ideologia puritana como uma forma de estabilização da identidade nacional:

As práticas de política externa, portanto, criam, reproduzem e naturalizam uma identidade de traços puritanos: uma nação cristã e excepcional, única no mundo, um povo eleito, agente da História, promotora da civilização, do progresso e da modernidade, com responsabilidade moral para si e para o mundo por atribuição divina, depositária dos princípios e valores definidos por Deus e, portanto, verdadeiros e universais, nação realizadora da liberdade, e força de estabilização e ordem em um mundo de caos e incerteza (RESENDE, 2009, p. 238).

Não é nosso foco neste trabalho, nos aprofundar nas práticas discursivas e na análise de discurso, mas gostaríamos de fazer uma breve observação sobre a maneira como os EUA naturaliza a relação de poder através do discurso político e da ideologia puritana. Sendo assim, foi visto que o Estado vincula suas principais narrativas a Deus, que giram em torno da romantização da “americanidade” para os “cidadãos estadunidenses” e para o mundo. Notamos a problemática da alteridade em torno da fé e da figura do ente superior, como se os Estados Unidos tivessem recebido uma missão e essa missão seria instalar a paz no mundo através dos seus princípios e do seu ‘destino manifesto’.

Mas quais são os reais princípios que norteiam estas concepções? Nos parece coerente questionar qual o preço humano envolvido em ‘manter a ordem e promover a paz’ através de ações que subjagam povos, aniquila pessoas inocentes, não respeitam as diferenças e se promovem através de uma superioridade superficial. Resende (2009) explica que, “Por meio de práticas de marginalização, exclusão e disciplinarização do “Outro”, além do apaziguamento e recompensa do “Eu”, o Estado canaliza o ressentimento direcionado ao “Outro” para estabilizar e legitimar o “Eu” (p. 81). O Outro se torna o reflexo de nós mesmos, aquele no qual não queremos enxergar. Em uma espiral de negação julgamos o Outro, convidamos as pessoas para o odiarem também, ensinamos aos nossos semelhantes como somos seres superiores e mais justos.

Partindo agora do pressuposto que um Estado para ser considerado um Estado precisa ter: território, população e governo, adicionamos a isto que para ser considerado um ‘Estado forte’, é imprescindível que tenha bem definido: os limites territoriais, o consenso entre a população e um governo estável. Resende (2009, p. 88) explica que "Se a nação é uma comunidade imaginada, isto se deve ao conjunto comum de significados e representações que a coletividade tem de si e de seus membros: suas fronteiras, quem pode estar dentro e quem deve estar fora, seus atributos, sua autonomia etc.". Entendemos que a construção de identidades na política externa começa de dentro para fora e, primeiramente, busca criar consenso entre a população nacional, para depois trabalhá-las no âmbito internacional. Para isto, a identidade precisa ser incansavelmente (re)construída pelo Estado, de acordo com as suas estratégias. Mas existiriam então, outras maneiras de sustentar esta unificação? Alguma

que não envolva a outricidade em torno do Eu superior? Uma das alternativas que a autora deixa em aberto é a possibilidade de olhar para as RI através da arte, o que por hora, não pretendemos explorar.

Constatamos que a legitimação da Guerra ao Terror é um exemplo claro de reprodução de outricidade na política externa dos Estados Unidos. Resende (2009) traz que, "A predicação do terrorismo como ameaça qualitativamente nova, assim como sua representação como certa e iminente, cria as condições de possibilidade para a articulação e reprodução de um discurso que normaliza um verdadeiro estado de exceção" (p. 241). Além disso, Resende traz que, essa articulação diante da perda, do luto, do medo e da ausência de sentidos, tornou o ambiente ainda mais propício para a reprodução do 'Outro'. Esse discurso foi capaz de elevar o terrorismo a um patamar de ameaça mundial, a tal ponto, que qualquer ação que o Estado declarasse como correta era aceita quase que sem críticas. "A normalização da resposta norte-americana aos atos de 2001 já era preparada pela linguagem, abrindo espaço para que a política de militarização do terrorismo fosse aceita como a única possível" (RESENDE, 2009, p. 242-3).

Diante disto, entendemos que o sistema é apresentado de forma que, segundo Resende (2009, p. 252), "[...], ao converter diferença em "Outricidade", as práticas de formação de identidade a representam como algo natural e estável, se auto atribuindo o status de legítima e verdadeira simultaneamente em que reprime outras identidades pela força". A militarização dos assuntos de segurança e a emergência em se munir cada vez mais contra o "inimigo", tornou a distância do Eu para o Outro ainda maior.

A autora chama atenção sobre a ausência de novos métodos que nos permitiriam compreender estas temáticas, afirmando que os estudos permaneceram estáticos desde a Guerra Fria. Neste ponto, em concordância com Resende, reconhecemos aqui a centralidade do Estado nas questões de segurança e na tomada de decisões de política externa, mas quando nos deparamos com "[...], problemas como o terrorismo internacional, violações de direito humanos, pobreza, aquecimento global etc. são fenômenos complexos demais para os meios tradicionais de aquisição de conhecimento" (RESENDE, 2009, p. 256).

Para ilustrar a problemática do terrorismo mundial, buscamos explorar um pouco mais sobre o que os autores têm a dizer sobre os efeitos do 11 de setembro, tal como, a exaustiva construção do inimigo na política externa norte-americana. Percebemos que a perda de sentido no imaginário estadunidense fez com que o Estado agisse imediatamente através de mecanismos que garantissem a ideia de que, eles poderiam lidar com o terrorismo, e que a segurança nacional não seria negligenciada.

Os conflitos mais marcantes que sucederam os ataques terroristas foram a guerra do Afeganistão (2001- 2021) e a guerra do Iraque (2003-2011). Segundo Anderson (2015), a campanha de Bush tinha sido construída em cima da ideia de diminuir a instituição militar, mas os ataques mudaram totalmente o ensejo da política externa estadunidense. Nas palavras do autor “O inimigo era o terrorismo, e a guerra contra o terror seria travada até que ele fosse erradicado, em todos os lugares” (ANDERSON, 2015, p. 78).

A retaliação por parte dos EUA após o 11 de setembro, foi rápida e brutal, contou com o apoio da ONU e foi validada pelas grandes potências. Além disso, a nação também recebeu suporte direto da Rússia e do Paquistão, por estes serem locais estratégicos para os lançamentos de mísseis. O mundo se mobilizou e sociedades inteiras se comoveram. O destino do Afeganistão estava selado e mais uma vez na história os Estados Unidos renasceram como o instaurador da paz no mundo. O sucesso obtido na missão da conquista do Afeganistão, segundo Anderson (2015, p. 80) “[...], tornaram um golpe final ao Iraque o próximo passo óbvio, premeditado em Washington assim que o 11 de Setembro foi desferido”.

O pretexto para ação norte-americana no Iraque, foi o grande poder bélico que o país possuía, a constante violação de direitos humanos por parte de Saddam Hussein e claro, a premissa de instituir a democracia liberal. Segundo o autor “A conquista do Iraque foi tão rápida quanto a do Afeganistão: Bagdá caiu em três semanas, Cabul havia exigido cinco” (ANDERSON, 2015, p. 81). No seguimento da Guerra ao Terror, o presidente Bush (filho) usou do discurso como sua arma particular para promover um consenso positivo entre os cidadãos estadunidenses e a sociedade internacional, deixando sempre em evidência a belicosidade que o ‘Outro’ representava para os Estados Unidos e para o mundo.

Pecequilo (2012) também chama atenção para a questão do petróleo e gás da Ásia central e que o objetivo rondava não somente na dependência dessa região para fins comerciais – pois nisso os EUA se tornavam cada vez menos dependentes – mas obter controle sobre a sua abundância. A autora divide as pressões dos Estados Unidos sobre Irã, Iraque e Afeganistão em duas fases: “1990/2000, de contenção, e de 2001 a 2012, de prevenção e expansão, no contexto da Guerra Global Contra o Terror de W. Bush” (PECEQUILO, 2012, p. 128).

A presença dos Estados Unidos nestas regiões só aumentou após os atentados, tendo como objetivo conter o terrorismo e destruir quem quer que fosse um obstáculo no caminho da conclusão de sua missão. Segundo a autora, esse redirecionamento na política externa

norte-americana, fez com que o Estado voltasse a lógica unilateral de “alianças não permanentes” do século XVIII. No entanto, os Estados Unidos não tiveram a mesma aprovação na Guerra do Iraque, de modo que seu governo e o britânico anunciaram formalmente o “engano” nas tomadas de decisões sobre o Iraque, mas diante da lógica de prevenção, continuaram a afirmar que a intervenção foi necessária.

A autora declara que, “Em 2002, a racionalidade dessa política foi sistematizada no discurso de maio de Bush filho na Academia de West Point que identificava um Eixo do Mal, no qual estavam inseridos Estados bandidos e falidos (Iraque, Irã, Coreia do Norte, Cuba, Líbia e Síria)” (PECEQUILO, 2012, p. 30). Dando seguimento a este pronunciamento, percebemos o surgimento da Doutrina Bush.

Sjöstedt (2007), analisa a semelhança entre as Doutrinas Truman<sup>5</sup> e Bush<sup>6</sup> e traz que, “Em ambos os casos, Truman e Bush, encontramos características normativas estabelecidas em boas e más, formações de identidade distintas e a securitização de algumas dessas identidades” (p. 234, tradução nossa). A autora ressalta como “As normas passam a existir por meio da interação social dos atores e não apenas meras agregações de crenças individuais” (SJÖSTEDT, 2007, p. 238, tradução nossa). A interação social nas normas e práticas de segurança internacional é essencial para a promoção do consenso através das práticas discursivas. Quando o Estado legitima suas decisões de política externa em doutrinas, normas, acordos, tratados, a aceitação destas normas ocorre quase que de forma natural, pois é visto como algo justo e parte do pressuposto de que a ordem será mantida através destas ações.

Tendo reconhecido as semelhanças entre as duas doutrinas, Sjöstedt (2007) explica as diferenças pontuais entre elas e a novidade em “lançar uma guerra contra um conceito e não contra um ator; o conceito de “eixo do mal”, isto é, colocar terroristas e os Estados que o apoiam em pé de igualdade; e o conceito de guerra preventiva” (p. 243, tradução nossa). Portanto, uma das principais diferenças entre as duas doutrinas foi que na Guerra Fria os EUA seguia uma doutrina de ‘contenção’, que tinha o intuito de **impedir** que o socialismo avançasse e seu conceito de ordem fosse ameaçado, já na Guerra ao Terror, foi utilizada uma doutrina de ‘prevenção’, que visava **abater** o inimigo imediatamente e garantir o controle do seu território, para fins de ‘antecipar’ a segurança nacional, em uma Guerra que durou 20 anos

---

<sup>5</sup> A Doutrina Truman era estabelecida pelas práticas de política externa durante o período da Guerra Fria, que visava impedir o avanço do socialismo e preservar as nações capitalistas suscetíveis a esta ideologia.

<sup>6</sup> A Doutrina Bush ou Doutrina Preventiva, foi construída durante o governo do ex-presidente George W. Bush (2001-2009), em resposta a militarização do terrorismo e a preparação para a Guerra Global contra o Terror.

(2001-2021), e tinha como objetivo discursivo que este ser inanimado nunca mais tivesse a ousadia de proferir um ataque contra os Estados Unidos da América.

Mas quem são eles? Quem são os outros? Quem os apoia? Encontramos dificuldade em atribuir adjetivos aos terroristas que sacrificaram suas vidas proferindo os ataques de 11 de setembro. ‘Aqueles’ acabaram sendo multiplicados nas características de milhões de pessoas, que sofrem diariamente no Afeganistão em decorrência da intervenção militar estadunidense. “Talvez para lidar com esse dilema, nenhuma distinção seja feita entre os próprios terroristas e os Estados que supostamente os apoiam. Apoiar o terrorismo é, portanto, tão ruim quanto o próprio terrorismo [...]” (SJÖSTEDT, 2007, p. 244, tradução nossa). A dicotomia produzida nas normas também é mencionada pela autora, no qual argumenta que “[...], essas normas são retratadas como modos de vida dicotômicos: um de liberdade e outro de terror e opressão, personificados pelo comunismo e pelo terrorismo, respectivamente” (SJÖSTEDT, 2007, p. 246, tradução nossa). Parece-nos que se os Estados Unidos sempre buscaram estabelecer uma relação de alteridade com os seus inimigos, eles sempre precisaram, na mesma medida, de apoio para sustentá-los.

Semelhante as ideias de Resende, sobre a construção de identidades através do discurso, Sjöstedt explica que “Um discurso provém de fontes múltiplas que formam um sistema de significação - que mostra como o contexto é construído e organizado - que dá sentido e valor ao mundo social” (2007, p. 237, tradução nossa). Esse sistema de significação diz muito sobre a construção de identidades na política externa norte-americana, que utilizou de normas, doutrinas e discursos políticos para se fortalecer ao longo de sua história. “As formações de identidade coletiva, finalmente, são criadas por interações entre estados ou grupos socialmente definidos, e o senso de identidade de um ator influencia seus interesses coletivos” (WENDT 1994; apud SJÖSTEDT, 2007, p. 238, tradução nossa). A autora conclui a discussão dizendo que, olhar para as Doutrinas Truman e Bush nos leva a reflexão sobre os mecanismos que foram utilizados na construção discursiva, e como eles estão diretamente ligadas à sua gênese.

Retomando as ideias de Buzan e Hansen sobre o impacto do 11 de setembro para os estudos de segurança internacional, no qual eles traziam que “O 11 de Setembro mudou os ESI? A resposta é sim e não. Houve muita continuidade, em especial nos debates duradouros sobre a polaridade das grandes potências e os armamentos nucleares [...]” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 380). Em seguimento a essa ideia, os autores afirmavam que os grandes debates de segurança do século XXI não giravam somente em torno da Guerra Global contra o Terror, mas que as temáticas deste século começaram a ser observadas sob uma nova óptica.

Para fins de exemplo, buscamos explorar a construção de identidades nas práticas securitárias dos Estados Unidos, e para isto, transcrevemos as principais ideias dos autores deste capítulo sobre o que significou o 11 de setembro para os estudos de segurança no século XXI. Buzan e Hansen entendiam, como já dito anteriormente, que os ataques questionaram o Estado como objeto de ‘referência’, tanto no que condizia a prover segurança, quanto as ações de grupos terroristas isolados. A diferenciação entre o Estado e os terroristas como objeto de referência, causou confusão no imaginário estadunidense, que só poderia ser preenchido através da resignificação destes atores.

Mas de fato, o 11 de setembro impactou as questões securitárias de uma perspectiva mundial? “No tocante à ampliação da segurança, a segurança militar, com certeza, mantinha uma posição destacada, enquanto outras linhas ampliadoras mais empíricas de análise seguiam em seus próprios caminhos” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 381). Os autores explicavam que os estudos atrelados ao meio ambiente, a questão de gênero etc. seguiam sua própria linha de análise e em nada foram alterados pela GGcT. No entanto, os atentados do 11 de setembro de 2001, serviram como um sinal para os países do mundo inteiro reforçarem suas próprias políticas públicas de segurança, enquanto para os Estados Unidos, estes acontecimentos reforçavam seu discurso de que o sistema internacional deveria seguir seu conceito de ordem, porque se não o fizesse, estaria condenado.

Assim como Sjöstedt, Buzan e Hansen comparavam a construção do inimigo na Guerra ao Terror ao período da Guerra Fria, onde o inimigo “em comum” entre as grandes potências era o comunismo. “A situação, contudo, não é nada parecida a dos estágios iniciais da Guerra Fria, quando a identidade do “inimigo” se cristalizou rapidamente e atraiu amplo apoio do Ocidente” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 382). Em suas análises, os autores perceberam que a identidade atribuída ao terrorismo e aos terroristas através da GGcT, eram um ponto de contestação no Ocidente, mas entendiam a tamanha ameaça que apresentavam:

Todavia, vistos em uma perspectiva tradicional ou discursiva, os terroristas representam uma ameaça potencialmente severa à paz e à ordem pública. Para os tradicionalistas, isso acontece porque eles questionam a primazia do Estado e porque, se pudessem ter acesso a ADM<sup>7</sup>, as utilizariam. Para os aprofundadores discursivos, esse fato acontece por causa da “sua” capacidade de gerar discursos poderosos o bastante para perturbar o equilíbrio e mesmo a legitimidade da ordem ideológica liberal (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 382).

---

<sup>7</sup> Abreviação para ‘Armas de Destruição em Massa’.

Contudo, Buzan e Hansen traziam que os estudos de segurança internacional permaneceram como um “diálogo único”, mas que evoluíram em seu campo de estudo, decorrente do incremento de outras temáticas e o desenvolvimento da capacidade de compreendê-las. O que discordamos em partes, pois mesmo que o diálogo em torno da segurança permaneça único, ao nosso ver, ele foi impactado pelo 11 de setembro, dada a quantidade de estudos de segurança que foram desenvolvidos a partir deste evento. Os autores explicavam que os pós-estruturalistas, feministas, pós-colonialistas, construtivistas críticos e a Escola de Copenhage, “todos defenderam — embora de maneiras levemente diferentes — a visão de segurança como um discurso por meio do qual as identidades e as ameaças são constituídas em vez de serem uma condição objetiva e material” (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 366).

Nesta mesma linha de pensamento, Rocha afirmava que devemos desenvolver um olhar crítico sob as identidades criadas a partir do nacional “[...], pois afinal de contas, é completamente absurdo, sob qualquer ponto de vista, que um povo do mundo tenha sido escolhido em detrimento de tantos outros e, o que é pior, insistir ao longo de mais de dois séculos na associação disso a uma ideia positiva” (ROCHA, 2021, p. 63). O autor explicava que, por isto, é indispensável que observemos as longas durações em nossas análises, para não correr o risco de nos aprofundarmos somente nas tendências advindas do tempo breve, sem perceber que a problemática já se arrasta por séculos. “O que se passa no tempo breve precisa ser transformado, mas sobretudo, precisa ser transformador e perpetuar essa transformação. Não é só porque as narrativas são longas e longuíssimas que elas precisam ser eternas” (ROCHA, 2021, p. 63).

O autor chamava atenção para a incorporação de certos grupos na sociedade estadunidense a partir do século XX, sendo eles: indígenas, negros e hispano-americanos, mas que estes grupos permaneceram marginalizados, sem nunca participar plenamente do que constituía a identidade norte-americana. Rocha (2021, p. 80) afirmava que, “Em meio ao ‘receio’ de que a essência do que é ‘ser norte-americano’ esteja sumindo, a comunidade imaginada é cada vez mais reafirmada”. Notamos que esta reafirmação é em sua grande parte corroborada através do discurso, e que a “[...], ‘excelência das instituições e do modelo perfeito de democracia’ tem sido apresentado de forma tão forte ao longo do tempo [...], ainda mais na segunda metade do século 20, quando estouraram nos Estados Unidos os movimentos antiguerra e pelos direitos civis” (ROCHA, 2021, p.80).

De alguma forma, o Estados Unidos sempre buscou identificar quem eram seus inimigos para trabalhá-los em suas práticas discursivas. Sejam eles ‘pessoas não compatíveis com a identidade norte-americana branca’ ou ‘Estados que não compartilhavam de seus valores e ideologias’. Anderson (2015, p.73) nos traz a ideia de que, no entanto, sempre haviam existido Estados que, sem dar esse passo em falso, eram inaceitáveis por outros motivos: “alguns não respeitavam os princípios econômicos liberais; outros, a vontade do que agora poderia ser chamado, sem medo de contradição, de a “comunidade internacional””. Com os Estados Unidos à frente.

Por isso, retomando o que Rocha (2021) traz sobre a importância das narrativas de longa duração, precisamos ser capazes de olhar para essas construções não como algo petrificado na história dos Estados Unidos, mas como algo continuado através da identidade estadunidense. Ao relacionarmos as narrativas de longa duração com as narrativas de tempo breve, talvez de alguma forma possamos criar ferramentas que nos ajudem a melhor compreendê-las.

Fica-nos evidente também, como a divisão entre o Ocidente e Oriente é sempre enfatizada de alguma forma entre os teóricos estadunidenses, ainda mais diante de eventos catastróficos para as Relações Internacionais como os que mencionamos. Para auxiliar-nos na divisão argumentada entre Ocidente e Oriente usaremos as reflexões de Edward Said, um crítico literário Palestino. Said (2007), teorizava sobre como o orientalismo é um estilo de pensamento baseado em uma distinção ontológica e epistemológica feita entre "o Oriente" e (a maior parte do tempo) "o Ocidente".

É visto que até o final da Segunda Guerra Mundial a França e a Inglaterra dominaram as ideologias acerca do Oriente e do orientalismo, passando a influência para os Estados Unidos apenas no período pós Segunda Guerra. A ideologia do orientalismo tem como base a ideia da Europa sobre o que seria o Oriente, segundo o autor. “O investimento continuado fez do orientalismo como sistema de conhecimento sobre o Oriente; uma tela aceitável para filtrar o Oriente para a consciência ocidental” (SAID, 2007, p. 18).

A diferenciação através da cultura, da linguagem, da religião, dos costumes, é algo comum a divisão entre o Ocidente e Oriente, mas a problemática se dá quando através de uma relação de distinção, acabamos atribuindo características de inferioridade. Said insistia em enfatizar como o Oriente foi uma invenção do Ocidente, como se soubéssemos mais deles do que eles mesmos, e ainda pior, como se todos eles fossem o mesmo, quando podemos ver uma multiplicidade de culturas e diferentes costumes espalhados por todo o Oriente Médio. Essa diferenciação, segundo o autor, é uma justificativa para o conflito e “[...], um convite ao

Ocidente para que controle, contenha e governe (por meio de um conhecimento superior e de um poder acomodatório) o Outro. Com que efeitos e com que consideráveis custos, ninguém precisa que lhe lembrem hoje em dia” (SAID, 2007, p. 29).

É a partir desta reprodução de um conhecimento supérfluo, que nasce o que o autor chama de “orientalismo”. “Desse modo, todo o orientalismo está fora do Oriente, e afastado dele: que o orientalismo tenha qualquer sentido depende mais do Ocidente que do Oriente, e esse sentido é diretamente tributário das várias técnicas ocidentais de representação [...]” (SAID, 2007, p. 33). Said argumentava que o orientalismo limita o modo de pensar sobre o Oriente, pois atribuiu-se ao longo da história uma metodologia própria em torno do seu significado e da sua representação. Não obstante, o autor traz que “[...], se a essência do orientalismo é a distinção inextirpável entre a superioridade ocidental e a inferioridade oriental, temos então de estar preparados para notar de que maneira, no seu desenvolvimento e subsequente história, o orientalismo aprofundou e até endureceu a distinção. (SAID, 2007, p. 52).

Assim como os grandes debates em torno do terrorismo islâmico, a questão entre Ocidente-Oriente também pode ser vista na problemática da construção de identidades e da personificação dos Estados nas RI. O outro assume uma identidade que parece se separar do ‘ser humano’, pois entende-se que este ser é inferior, bárbaro, descartável e um só. Por mais que não nos aprofundemos na análise de discurso, é possível observar que os EUA por vezes se perdem em suas próprias narrativas, onde afirmam suas “verdades”. Autores como Huntington e Kissinger, falavam sobre a contradição nos discursos políticos estadunidense, que basicamente eram produzidos nos redirecionamentos de política externa de acordo com os interesses nacionais. Huntington nos traz a seguinte reflexão, em sua obra ‘choque de civilizações’:

A hipocrisia, os dois pesos e duas medidas e os "porém não" são o preço das pretensões universalistas. Promove-se a democracia porém não se ela for levar os fundamentalistas islâmicos ao poder; prega-se a não-proliferação em relação ao Irã e ao Iraque, porém não em relação a Israel; o livre comércio é o elixir do crescimento econômico, porém não para a agricultura; os direitos humanos constituem uma questão com a China, porém não com a Arábia Saudita; a agressão contra os kuwaitianos donos de petróleo encontra uma repulsa maciça, porém não a agressão contra os bósnios desprovidos de petróleo (HUNTINGTON, 1997, p. 228).

Semelhante as ideias de Huntington, Kissinger descrevia como os Estados Unidos entendiam seu papel no mundo e no sistema internacional, por meio do slogan “agindo em nome de toda a humanidade”, similar à ideologia da “terra prometida” levantada

anteriormente por Campbell (1992). Segundo Kissinger, os Estados Unidos têm desempenhado um papel paradoxal na ordem mundial:

Se expandiu através do continente alegando um Destino Manifesto enquanto negava solenemente quaisquer propósitos imperialistas; exerceu influência fundamental em importantes episódios da história ao mesmo tempo que negava qualquer motivação associada ao interesse nacional; e tornou-se uma superpotência enquanto desmentia qualquer intenção de pôr em prática uma política de poder (KISSINGER, 2015, p. 163).

Entendemos que essa contradição também é reproduzida na construção de identidades, em decorrência da mutabilidade dos interesses de política externa e por estarem diretamente relacionados. Mas se é visto que, de uma forma geral, os Estados Unidos vêm perdendo o seu poder hegemônico na economia, o consenso no sistema internacional e a aprovação perante os atos militares unilaterais, então, como podemos afirmar que a construção de identidades continua influenciando as práticas securitárias com a mesma intensidade?

O que debatemos aqui sobre o estabelecimento de identidades a partir do nacional, não advêm de um discurso novo, mas de um discurso construído ao longo da história dos EUA, e concluímos, sem sombra de dúvidas, que essa identidade está atrelada com as práticas de segurança internacional do país, seja por meio da criação de consenso ou do fortalecimento da união. Por mais que o elo entre o poder discursivo estadunidense e a promoção de consenso tenha se enfraquecido, arriscamos dizer que através da reprodução de outricidade experimentada no 11 de setembro e as divisões cristalizadas entre Ocidente e Oriente, o Outro ainda permanece no imaginário da população mundial Ocidental, e as consequências disso, veremos mais à frente.

### **3.1.1 O impacto social**

288.000. Segundo o site ‘Iraq Body Count’, este é o número de mortes violentas que resultaram da intervenção militar de 2003 no Iraque. “A nossa base de dados pública, inclui mortes de civis causadas pela coligação liderada pelos EUA e forças governamentais iraquianas, e ataques paramilitares ou criminosos perpetrados por outros” (tradução nossa).

60.000. Segundo a BBC News (2021), este é o número aproximado de Afegãos mortos desde o início da intervenção estadunidense no país (2001), até sua recente saída, em setembro deste ano (2021).

2009. Obama ganhou o prêmio Nobel da Paz em seu primeiro ano de mandato. “Um ano após assumir o cargo, tropas norte-americanas haviam dobrado para 100 mil soldados e as operações das Forças Especiais haviam aumentado seis vezes, em uma tentativa de repetir o sucesso militar ocorrido no Iraque” (ANDERSON, 2015, p. 84).

Os ataques com drones. “Sob Obama, os drones se tornaram a arma preferida da Casa Branca [...], liquidando mulheres e crianças juntamente com soldados inimigos [...], sete vezes mais ataques secretos do que os lançados pelo governo republicano” (ANDERSON, 2015, p. 84-85). Anderson ainda afirma que, o governo Obama ordenou “[...], um ataque desse tipo a cada quatro dias – mais de dez vezes o número praticado sob Bush” (2015, p. 85).

2021. Ano da retirada das tropas dos Estados Unidos do Afeganistão. Segundo a BBC News (2021), o atual presidente Biden afirmou que “Não fomos ao Afeganistão para formar uma nação”. O presidente declarou que o governo dos Estados Unidos já cumprira sua missão no país, e segundo o jornal, na visão de Biden “Não seria o papel dos EUA permanecer no país até que ele fosse reconstruído e tivesse uma estrutura institucional sólida, com regime democrático estável”.

Segundo a CNN (2021) “Nove membros de uma família – incluindo seis crianças – foram mortos em um ataque de drone dos Estados Unidos contra um veículo em um bairro residencial de Cabul, no Afeganistão”. Este ato foi em retaliação ao ataque terrorista proferido no aeroporto de Cabul, onde centenas de pessoas inocentes e alguns soldados estadunidenses vieram a óbito.

Nosso intuito em ter realizado este breve levantamento dos números de mortes causados por ações estadunidenses na Ásia Central e no Oriente Médio, foi justamente para causar choque em um primeiro momento. E para refletirmos:

O que esses números significam? Quem são essas pessoas? Percebam que na tentativa de apontarmos culpados, acabamos também por reproduzir identidades, concepções e julgamentos. No entanto, não procuramos, por meio deste trabalho, utilizar uma linguagem baseada em “certo” ou “errado”, “bom” ou “mau”, mas buscamos problematizar essas questões, pois ao olharmos para estes números como meros ‘números’, desvinculamos esses corpos da humanidade que lhes é de direito.

Por isso, insistimos na formação do pensamento crítico nas RI e reforçamos como o olhar crítico é importante para desenvolvermos “noções” como estas. Vivemos num mundo tão diverso, tão rico, tão imenso, mas na maioria das vezes essa diferença é transformada em algo ruim, banal, absurdo. É preciso que a crítica comece dentro de nós mesmos, do que Nós

estamos estabelecendo como “aceitável” na nossa construção de sentidos, ao mesmo tempo que compreendemos, que é preciso fazer parte, mas não sem contestações.

### 3.2 POR QUE A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES É RELEVANTE PARA OS ESI?

*“As construções de identidades, por fim, servem para explicar por que existe um senso de obrigação de agir e por que determinado comportamento é visto como natural” (SJÖSTEDT, 2007).*

A naturalização e a legitimação de práticas securitárias através das identidades – criadas ou imaginadas – é o ponto mais importante de contribuição da construção de identidades para os estudos de segurança internacional. Como já vimos anteriormente, as identidades podem ser trabalhadas no pressuposto de criar consenso e unidade entre a população, além da fabricação de sentido. E o que isso tem a ver com os estudos de segurança? Pois bem, quando nos deparamos com conflitos civis, atos terroristas, guerras etc. o Estado é o principal condutor nestes assuntos, e a comunicação com a sociedade acontece predominantemente através da linguagem e das práticas discursivas que, conseqüentemente, estão atreladas a construção de identidades.

Quando lidamos com a linguagem, atribuímos significados as coisas, as pessoas e aos acontecimentos. É através da linguagem que tudo nasce. Somos seres comunicativos e emocionais, logo, precisamos que as coisas materiais deste mundo façam sentido. Pelo menos, algum sentido. Se olharmos pela perspectiva de que aceitamos fazer parte de um conjunto de regras, normas, leis por ‘livre e espontânea vontade’ é porque vemos algum sentido nisso. Temos a necessidade humana de fazer parte. Nos conformamos com o sistema internacional em toda a sua anarquia, concordamos com os governos ‘menos corruptos’, aceitamos nossa ignorância e a incapacidade de mudar o que foi estabelecido.

Entendemos que o principal papel das identidades é a formação de sentido, primeiramente, no imaginário das pessoas. Através de um processo de cognição e de construção de significados ao longo da vida, passamos a atribuir sentidos a esta identidade, que agora faz parte de nós. Ora, não nascemos ouvindo de nossos pais que devemos odiar o nosso país, o nosso estado ou a nossa cidade. A maioria de nós, em um tempo recente, cantava o hino do Brasil na escola. Quem nunca se emocionou ao ouvir as estrofes que remetiam ao nosso imaginário a história romantizada do nosso país? Já fazíamos parte, mesmo que não conscientemente. A reprodução deste tipo de sentido é comum ao fortalecimento da identidade nacional.

Mas a problemática se dá quando esta identidade é construída a partir da diferença do Eu para o Outro, produzindo o que Resende chama de ‘outricidade’, ou quando as identidades têm tanta força que as aceitamos sem contestações. E os absurdos nos parecem ações dentro da normalidade. Por vezes, só conseguimos desenvolver um raciocínio crítico se alguém nos apresenta fatos, números, argumentos, como uma ideia pronta para ser comprada. O olhar crítico sob as construções sociais é indispensável aos estudiosos de segurança, pois a questão da identidade está intuitivamente ligada a questão securitária.

É importante também, que da mesma forma, esse olhar crítico seja desenvolvido entre os alunos de Relações Internacionais, pois lidamos com temas muito dinâmicos entre os países, e as identidades estão sempre presentes. Entendemos que a criação de consenso seja um dos fatores mais importantes que um Estado precisa desenvolver para que sua existência faça sentido.

A construção de identidades, ao nosso ver, deveria ser problematizada em todas as críticas relacionadas as ciências humanas, pois entendemos ser algo que está ligado ao nosso íntimo e porque reconhecemos a proporção infinita que as identidades ocupam no nosso cotidiano. A identidade molda quem somos, nos acompanha durante a vida e alimenta o Estado de sentido. Isso não quer dizer que, anterior ao sistema de Estados, as identidades não existiam. As identidades sempre existiram, mas talvez, tenham sido reinterpretadas e reelaboradas através deste sistema.

Ao relacionarmos as identidades as práticas securitárias de um país, somos capazes de compreender quais são as raízes que alimentam o seu discurso e a sua razão de existir. No caso dos Estados Unidos, percebemos a alteridade construída em torno da fé, a distância entre o ‘Eu’ e o ‘Outro’, a divisão entre o Ocidente e Oriente, a separação entre o bem e o mau, a descaracterização de seres humanos e o capitalismo intrínseco. Compreendemos que estas narrativas fazem parte da identidade estadunidense construída na longa duração, mas afirmamos que nossas ideias não passam de generalizações fabricadas a partir deste trabalho, pois nos conformamos em não conseguir mensurar ou provar nossas críticas através de um viés científico.

Acreditamos que o 11 de setembro e o inimigo construído na Guerra ao Terror tenha sido uma ilustração cabível a este estudo, pois reforça o que Sjöstedt traz sobre as identidades servirem para explicar o senso de obrigação e a naturalização de certos comportamentos por meio desta construção. Por fim, destacamos a possibilidade de olhar para os estudos de segurança internacional sob diversos parâmetros e os deixamos em aberto.

## 4 CONCLUSÃO

Tendo como guia as generalizações fabricadas até aqui, entendemos que a construção de identidades faz parte das Relações Internacionais, e por isto, a sua contribuição para os estudos de segurança internacional é imensa. Enxergamos este trabalho como uma base para o que almejamos construir em nossa dissertação de Mestrado, na qual pretendemos aprofundar ainda mais sobre a questão identitária, seja através de um estudo de caso ou da análise de discurso político em sua especificidade.

Viu-se que foi através da incorporação de novas temáticas nos estudos tradicionais de segurança, que os estudiosos deste campo consolidaram muitas das teorias críticas que temos hoje. E foram estas teorias críticas que fizeram ser possível analisarmos as construções identitárias, o discurso político e tudo aquilo que é ligado, em nosso campo de estudo, ao ser e aos limites do conhecimento humano. Não descartamos em nenhum momento a importância das teorias tradicionais para os estudos de segurança e para as RI, mas esperamos ter demonstrado com êxito que a contestação as suas principais ideias giravam em torno da sua limitação em explicar fenômenos mais complexos.

Foi importante para nós observar o evento do 11 de setembro, na medida que buscamos entender de uma forma objetiva como o Estados Unidos trabalhava o ‘Outro’ no imaginário da população Ocidental, e como o ‘ser’ criado a partir do terrorismo tomou proporções inimagináveis, o que só mesmo a construção de identidades seria capaz de descrever. No mais, notamos uma crítica quase que unânime entre os autores no que condizia as decisões de política externa estadunidense.

Gostaríamos de ter explorado mais as questões identitárias através do discurso político, o que não foi possível neste trabalho. E por esta razão, nos contentamos em criar um conhecimento simples e conciso sobre como podemos relacionar as identidades construídas construída através do nacional, com os estudos de segurança internacional. Reconhecemos a quantidade de variantes que poderíamos ter levado em consideração, e a nossa incapacidade por hora, em elencar grande parte delas.

Tendo em vista que já levantamos, na seção anterior a esta, a prerrogativa de porque a construção de identidades é relevante para os Estudos de Segurança Internacional, damos este tópico por concluído, para não tornarmos essa discussão exaustiva.

A importância em observar as construções identitárias não somente no tempo breve, mas na longa duração (mesmo que de forma geral), foi essencial para compreendermos as raízes discursivas que são debatidas e se fortaleceram ao passar do tempo. Quando nos

referimos a ‘contribuição imensa’ dos debates identitários para aos estudos de segurança internacional, é porque enxergamos as diversas construções possíveis diante do imaginário humano, e a intensidade que precisamos que as coisas façam sentido de alguma forma. Podemos ser audaciosos ao afirmar que, mesmo que uma identidade seja consolidada na longa duração, ela está em constante ressignificação, e, portanto, há possibilidade de construir novos sentidos a qualquer momento. Ou seja, entendemos que as identidades não sejam fixas e nem permanentes, mas que o Estado trabalha incessantemente para consolidá-las ao passar do tempo e, francamente, precisamos dar os devidos créditos ao Estados Unidos por isso.

Em virtude da impermanência das identidades, também podemos observar os seus redirecionamentos ao longo da história e como estas identidades são extremamente políticas.

Essa politização do ‘Outro’ pode acarretar problemas, como a violação dos direitos humanos, a subjugação de povos, a diferença baseada na superioridade e a ideia de que, por algum poder místico submetido a nós, temos o direito de acabar com vidas inteiras. Será que esquecemos daquilo que nós faz ser, tão humanos?!

Nosso objetivo com este trabalho, foi levantar mais questões do que de fato, respondê-las. E esperamos que nossas críticas sejam recebidas com a mente aberta, dentro da limitação existente em caminhar do âmbito específico para o geral dentro das ciências humanas.

Achamos importante esclarecer que, reconhecemos que poderíamos ter nos aprofundado mais em algumas seções, ou até mesmo nas teorias críticas difundidas entre os teóricos deste século, mas nos contentamos em construir um conhecimento generalizado, pois este terá continuação em nossa dissertação de Mestrado, como já dito anteriormente. Por mais que soe um pouco ambicioso, também tínhamos o intuito de que através deste trabalho, o interesse em estudar temáticas com um grau maior de complexidade possa vir a ser fomentado entre os alunos de Graduação.

Para propormos uma problematização final a este trabalho, gostaríamos de trazer que, anterior ao desenvolvimento das teorias críticas neste campo, a imagem realista de que o Estado agiria por meio de ações racionais ultrapassava todas as possibilidades de olhar para as RI através da arte, da filosofia e da premissa de que somos seres emocionais em nossa totalidade.

Atribuindo algum crédito as teorias críticas, nos questionamos se estas eram de fato ações baseadas em ‘cálculos racionais’, como dizem a muito tempo os realistas. Será que somos capazes de pairar sobre a dualidade do sentimento de pertencimento e do sentimento crítico que nasce das nossas individualidades? Como é possível nos desvencilharmos das

nossas verdades quando as identidades estão tão enraizadas no que somos que nem nos damos mais conta? Que já fazemos parte, que o 'Eu' individual se desconheceu, e que somos friamente parte de algo que nem buscamos compreender. Afinal, talvez seja tão inconsciente a nossa impulsividade em querer pertencer, que não percebemos que nós já pertencemos.

## REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Prefácio Antônio Paim. Tradução Sérgio Bath. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Ed. da UnB: IPRI, 2002. (Clássicos IPRI, 4). Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0043.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2021.
- ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus teóricos**. Trad. Georges Kormikiaris. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. Tradução Flávio Lira. São Paulo: Editora da Unesp, 2012. (Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional).
- CAMPBELL, David. **Writing security: United States foreign policy and the politics of identity**. U of Minnesota Press, 1992.
- DESCONHECIDO. Iraq Body Count. Disponível em: <https://www.iraqbodycount.org/about/>. Acesso em: 28 nov. 2021
- GARDNER, Frank. **Guerra no Afeganistão: os resultados do conflito mais caro da história**. os resultados do conflito mais caro da história. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56953737>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Trad. M.H.C Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- MEARSHEIMER, John J. **The false promise of international institutions**. International security, v. 19, n. 3, p. 5-49, 1994.
- MORGENTHAU, Hans; **Politics Among Nations: The struggle for power and peace**. Nova York, Alfred Kopf, 1948.
- KISSINGER, Henry. **Ordem mundial**. Trad. Cláudio Figueiredo. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael. **Critical Security Studies: concepts and cases**. London, New York: Routledge, 1997.
- PASSARINHO, Nathalia. **Afeganistão: 'não fomos lá para formar uma nação'; os argumentos de biden para abandonar o país**. 'Não fomos lá para formar uma nação'; os argumentos de Biden para abandonar o país. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58206535>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. - 1.ed. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico -2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.
- RESENDE, Érica. **Americanidade, puritanismo e política externa: a (re)produção da ideologia puritana e a construção da identidade nacional nas práticas discursivas da política externa norte-americana**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ROCHA, Luciano. **A voz da Casa Branca: A construção histórica da identidade dos Estados Unidos nos discursos do 'Dia da Inauguração' (1789-2021)**. Tese (Doutorado em História Global) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. Tomás Rosa Bueno. Editora Companhia das Letras, 2007.

SAINT-PIERRE, Héctor; VITELLI, Marina (Orgs.). **Dicionário de Segurança e Defesa**. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

SJÖSTEDT, Roxanna. The discursive origins of a doctrine: Norms, identity, and securitization under Harry S. Truman and George W. Bush. **Foreign Policy Analysis**, v. 3, n. 3, p. 233-254, 2007.

SMITH-SPARK, Laura; VANDOORNE, Saskya; LIEBERMANN, Oren; WALSH, Nick Paton. **Afeganistão: ataque dos eua matou 9 pessoas, incluindo crianças, dizem parentes**. Ataque dos EUA matou 9 pessoas, incluindo crianças, dizem parentes. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/afeganistao-ataque-dos-eua-matou-9-pessoas-incluindo-criancas-dizem-parentes/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Addison-Wesley Publishing Company, Inc, 1979.